



## EXPRESSO muda de distribuidor

A PARTIR da próxima semana o EXPRESSO começará a ser distribuído pela VASP, Sociedade de Transportes e Distribuição Lda.

Assim pode-se a todos os AGENTES e DISTRIBUIDORES que entrem urgentemente em contacto com a Sociedade acima referida para a Rua Marechal Saldanha, n.º 1, Lisboa (telefones 37501 ou 360045), indicando as quantidades recebidas na última semana, e qual o número de exemplares que, no futuro, deverão receber.

## Problemas na extinção da PIDE/DGS

COM A SAÍDA do almirante Silvano Ribeiro da presidência da Comissão de Extinção da Pide/DGS, cargo que abandonou para ocupar a pasta da Defesa, fica aquela comissão pela quinta vez desde que iniciou a sua actividade em Maio último, sem presidente. Por outro lado o seu presidente executivo, coronel Pestana, que apenas se manteve ao serviço durante escassas semanas, demitio-se por sua vontade, alegando motivos de saúde, ficando a substituí-lo internamente, por vontade expressa de Silvano Ribeiro, o major Nápoles Guerra. Esta nomeação, no entanto, teria sido contestada pela quase totalidade dos trabalhadores daquela comissão, (oficiais, sargentos, praças e civis). Entretanto, verificou-se o despedimento, já por ordem do major Nápoles Guerra, no âmbito das suas novas funções, de dois elementos civis, que ocupavam posições de grande importância na Comissão de Extinção da Pide/DGS.

## Refugiados portugueses na Africa do Sul regressam a Moçambique

LOURENÇO MARQUES (Por Manuel Veiga) — A pouco e pouco, as pessoas que após os já conhecidos incidentes de Lourenço Marques de 7 de Setembro, abandonaram precipitadamente Moçambique, estão a regressar. Unas por falta de documentação e portanto obedecendo a exigências do governo Sul Africano que as não admite, outras desiludidas com um ambiente a que não se conseguiram adaptar, bastantes por dificuldades em conseguir emprego e por se sentirem sem dinheiro, em terra estranha.

Então, os motivos e razões argumentados para justificar o regresso são dos mais variados, não faltando, poderia dizer-se que como denominador comum, amargas queixas contra o tratamento sofrido ao longo destes cinco meses de exílio a que foram sujeitos, muitos deles por terem ido atrás de sonhos de impossível realização, e a grande maioria por absoluta ignorância política que reaccionários soberanos exploram bem, exibindo a bandeira nacional portuguesa que nunca, terra sido tão movelhada como durante aqueles dias de triste memória.

## PCP promove assembleias de bairro em Lisboa

REALIZOU-SE ontem à noite a primeira reunião da Comissão de Iniciativa Unitária da Assembleia da População do 2.º Bairro de Lisboa — com base numa proposta do P.C.P., que a endereçou a algumas organizações políticas que lhe são directamente afectas ou que se têm vindo a distinguir pelo alinhamento manifestado em vários actos políticos, com as posições daquele partido (MDP/CDE, MES, FSP, MDMP, MIT, UECI, além de organizações ou entidades diversas como a FNA-T, a Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia do 2.º Bairro, Comissões de Trabalhadores das Empresas, Comissões de Moradores, Cooperativas, Colectividades Recreativas e Desportivas, Cristãos para o Socialismo, etc.

Entre as secções propostas pelo P.C.P. no âmbito da Comissão de Iniciativa Unitária, contam-se, nomeadamente, as de Habitação e transportes; saúde, assistência, educação e bem-estar social; custo de vida; problemas das empresas; actividades culturais, recreativas e desportivas; pequenos e médios comerciantes, artesãos e pequenos industriais.

Nos termos endereçados pelo PCP às entidades e organizações referidas — e que, significativamente, não foi extensivo aos outros partidos da coligação — refere-se que aquele partido entende a participação de todos os intervenientes "em plano de absoluta igualdade".

Entretanto, o sentido da iniciativa do PCP parece incontroverso: trata-se de estender a sua ofensiva de enquadramento político às próprias organizações de base e locais, como o tem vindo a fazer a outros níveis, ou outras zonas, sem deixar, obviamente, de apresentar os seus propósitos como animados de espírito "unitário", recorrendo "todas as forças verdadeiramente interessadas ao sucesso do processo revolucionário".

## Comício agitado

UM COMÍCIO do PPD em Almada decorreu em tentativa de boicote de um grupo de manifestantes. Tendo conseguido usar da palavra todos os oradores, ao final os manifestantes, que não tinham saído do edifício, impediram a saída dos presentes ao Comício. A intervenção do COPCON impediu que houvesse acidentes pessoais. Sobre os acontecimentos, o PPD publicou um comunicado.

## Lisboa: A sede continuará

AS MULTIPLAS deficiências que caracterizam o abastecimento de água à região de Lisboa, especialmente no período estival, dividido, em particular, a todo um sistema de captação e elevação de águas que não foi actualizado na altura própria, como as circunstâncias obrigavam e impunham, vão estar na origem da crise de abastecimento do precioso líquido nos 2-3 próximos anos.

Entretanto, obras que irão ser levadas a curso e importação, na sua totalidade, um aproximadamente 3 milhões de contos — devem garantir, a partir dessa altura, um fornecimento regular de água à zona da chamada "Grande Lisboa".

Mas enquanto as obras de necessidade são mais presentes se não terminam, os habitantes de Lisboa continuarão a ter sede. Esta é uma realidade que não devemos ignorar e realça de um modo que nos foi ensinado pela C. F. A. L. (Comissão de Fiscalização de Água de Lisboa).

## Rectificação ao artigo da pág. 17

Por gralha só detectada no final da impressão do nosso 2.º caderno, na pág. 17, sob o título «A Verdade é Revolucionária» (2.º parágrafo), onde se lê ... vê-se impedida pelo «secretismo» da situação, deve ler-se: vê-se impedida pelo «secretismo» da situação.

Embora a «gralha» seja facilmente detectável pelo sentido do texto, não quisemos deixar de rectificá-la.

## Semana Nacional

### Ocupação de casas

SEGUNDO dados estatísticos recolhidos em 1960, e recentemente revelados num colóquio sobre Habitação e Urbanismo, habitavam em barracas e construções similares 34000 famílias, das quais 18400 em Lisboa e 1900 no Porto. Disponham de alojamento em casas de 130-200 famílias, das quais 18400 em Lisboa e 11 200 no Porto. Habitavam fogos superlotados 330 000 famílias das quais 60 000 em Lisboa e 60 000 no Porto.

«Como conclusão — disse-se no referido colóquio — tem-se que 2 milhões de pessoas em Portugal vivem em delicadas condições de habitação».

Porém, as ocupações espontâneas de casas devolutas que se têm verificado em Lisboa e Porto e noutras cidades portuguesas não entender do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, ar.º Nuno Portas, «não podem deixar de estar a ser organizadas por um grupo estranho às próprias populações» não se enquadrando — segundo aquele membro do Governo — «no conceito de legitimidade revolucionária». (...) «exactamente porque há outros processos de fazer avançar as condições populares, as medidas políticas nos vários sectores, nomeadamente no campo da habitação e que são mais eficazes para os objectivos que a população pretende».

«Este tipo de ocupação — disse ainda aquele responsável pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo — com toda a sua cobertura nos meios de comunicação de massas, como promova de chamar a atenção para o strano da política de habitação ou, para as condições miseráveis em que milhares de famílias vivem em Portugal, julgo que é desnecessário».

Voltando, ainda, ao que foi dito no já referido colóquio sobre Habitação e Urbanismo, transcrevemos as afirmações proferidas pelo ar.º Bruno Soares sobre o que em seu entender deveria ser feito para resolver a questão da Habitação: «Para resolver o problema habitacional de cerca de 200 000 famílias que vivem em bairros de lata, partes de casas, alojamentos superlotados, só uma exploração sistemática, imediata e generalizada dos terrenos, conjugada com a construção da habitação evolutiva poderá obter êxito».

«O que é certo — disse também o ar.º Bruno Soares — é que a expropriação dos terrenos não está a ser feita e que na zona lei surgem problemas com o preço da expropriação».

Efectivamente, como foi afirmado durante o colóquio «não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social: é a abolição do modo de produção capitalista que tornará possível a solução do problema da habitação».

Nos últimos dias, que nas áreas de Lisboa quer nas do Porto, a PSP e o COPCON têm procedido ao desalojamento de numerosos ocupantes e efectuado algumas prisões (pelos menos na capital).

### Poder político praticamente na posse do MFA

«NÃO PRETENDEMOS instituir uma ditadura militar, contrariamente ao que por aí se insinua», afirmou o capitão Vasco Lourenço no final de uma reunião do Conselho dos Vinte, em que foram apreendidas várias sugestões sobre a forma da institucionalização do MFA (ver a pág. 17 do EXPRESSO da semana passada), sugestões que voltaram a ser discutidas na Assembleia dos 200 na segunda-feira (ver pág. 17).

Falando aos jornalistas, o capitão Vasco Lourenço, afirmou ainda: «Parco-me que, se pretendessemos instituir ditaduras militares, não o iríamos fazer por decreto. Viremos o poder no dia 25 de Abril; voltamos a vê-lo no dia 28 de Setembro; mantemos o poder político praticamente na posse do MFA. Portanto, se quisermos instituir a ditadura militar, não precisávamos de estar a pedir a ninguém que nos deixasse fazê-lo... Pensamos que uma ditadura militar, a verificar-se, não se pede, verifica-se de facto! A nossa intenção não é, de maneira nenhuma, estar a instituir a ditadura militar».

### Sobre a "guerra civil"

O CAPITÃO Pinto Soares, da C. C. do MFA ao abordar uma presumível divisão no seio das Forças Armadas, afirmou no decorrer de uma entrevista conduzida por Mário Ventura Henriques (candidato pelo MDP/CDE em 1969 às eleições para a Assembleia Nacional) e publicada num diário de Barcelona que tais boatos «são partidos sempre daqueles a quem conviria que a divisão se instalasse realmente no seio das Forças Armadas». «Ou seja: trata-se de rumores que fazem parte da intriga política característica de certos regimes pluripartidários, e que se sentiu ultimamente sob o influxo da pugna eleitoral. À medida que os partidos procuram atender a sua influência a sectores das Forças Armadas — as quais como se sabe, fizeram uma declaração de apertadismo — cresce o boato de que o nosso Movimento se encontra dividido, afirmação gratuita e especulativa que serve apenas interesses partidários».

Ainda na mesma entrevista, o capitão Pinto Soares declarou que «nas últimas semanas o Movimento das Forças Armadas tem sido alvo de diversos ataques, nomeadamente por parte do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático, os quais puseram sobretudo em causa o direito do MFA intervir de forma determinante no processo democrático. Essas críticas foram, não posso dizer acompanhadas da afirmação de que as tendências sociais estariam à beira de dar origem a uma guerra civil».

«Assim — prossegue Pinto Soares — em entrevista concedida à televisão espanhola, o dr. Sá Carneiro, secretário-geral do PSD, afirmou que se vivia em Portugal um clima de pré-guerra civil e no último comício do PS disse-se que «os socialistas saíram do País da guerra civil».

E mais adiante: «Podemos garantir, com a maior firmeza que usamos tentativas de guerra civil, a existir em Portugal — o que não é o caso — seriam apenas origem em provocações reaccionárias e nunca num movimento militar que fez profissão de fé democrática ou nos partidos verdadeiramente de esquerda».

### Neomarcelismos e ambiguidades

A PROPOSITO de uma opinião emitida por um porta-voz do CDS e do PDC — o PPD está em risco de se ver eliminado, se tentar em disputar o voto no mesmo terreno da esquerda não comunista — a Comissão Política Colectiva do Porto do PPD distribuiu um comunicado onde a referida afirmação é rejeitada e repudiada.

Segundo o citado texto, e na afirmação em causa «prolongam-se equívocos próprios de certos neomarcelismos impositos para uma análise crítica do presente subterro eleitoral português».

Depois de referir boatos provocados por certos sectores da direita e da esquerda socialista e comunista, o comunicado prossegue: «Outra ambiguidade — e não das menores verdadeiras parâmetros do fenómeno político português actual, é o facto de o PS, partido marxista em constante e violento ataque à social-democracia, estar a ser continuamente apoiado e financiadamente alimentado pelos mais representativos partidos social-democratas não marxistas europeus, e aqui, nomeadamente das duas uniões: os tais partidos europeus e social-democratas são incoerentes, o que não é de supor, ou o PS dia a ser uma coisa cá dentro e outra coisa lá fora, o que não é de aceitar».

## *P.S. no Campo Pequeno*

-MÁRIO amigo — o Povo está contigo-, saudaram os milhares de presentes ao comício do PS referindo-se à pessoa do secretário-geral daquele Partido — ultimamente tão nas bocas do mundo e nas capas dos magazines políticos europeus — quanto à sua figura assente no varandim do «Monumental» de Lisboa. Dali Mário Soares recordou aos assistentes os acontecimentos políticos ocorridos nas últimas semanas na vida portuguesa.

A dado passo do seu improviso, o secretário-geral do PS, avançou uma concepção considerada um tanto (por inesperada?) bizarra quanto à linha intransigente do seu partido em relação ao PCP: «Não somos nem seremos jamais um partido anticomunista. Defendemos os comunistas e defendê-los-emos no futuro. Mas se os defendemos, a verdade é que não toleraremos que eles sejam anti-socialistas e de perseguidos passem a perseguidores.»

### *“Teremos de apertar o cinto”*

NUM COMÍCIO realizado em Viseu e promovido pelo PCP, Sérgio Vilarigues, membro do Comité Central daquela organização política, ao referir-se à actual situação económica do País que, em seu entender, por culpa da relação que não desarma e se encontra à espreita, tão precária aliçura, parafraseando um leamaturgo da região perorou: «Teremos de apertar o cinto, mas a Democracia triunfará em Portugal».

Antes, porém, toca os seguintes juízos: «Nos males de que o povo sofre impuzosamente, desde há longos séculos, têm posição de destaque a exploração feudalista, através de foros e outras formas explorativas às quais há que pôr fim de uma vez para sempre. Acabe-se com os usurários que, sob a capa de amigos do povo, lhe emprestam dinheiro, mas que, em horas de aflição, lhe atrofegam o pescoço, obtendo as suas pobres coqueias por vinte, quando o seu real valor é de cinquenta.»

E acrescentou: «No Partido Comunista, esses usurários e capitalistas não têm cabimento».

Sousa, Marcelo Rebelo

# Vasco Gonçalves: subida de peso político

Marcelo Rebelo de Sousa

UMA DAS CARACTERÍSTICAS da presente situação política portuguesa é a da relativa mutabilidade do jogo de forças partidárias e não partidárias. No espaço curto de uma semana novas circunstâncias vêm alterar, por vezes substancialmente, o que era o equilíbrio de forças do momento imediatamente anterior.

Se a isto juntarmos a importância fundamental (diríamos paramétrica) do MFA no decurso daquela evolução, compreender-se-á bem a efectiva dimensão de algumas questões agora em debate como a da «institucionalização do MFA».

O que está em causa é, obviamente, mais do que uma mera determinação da estrutura interna do MFA, ou sequer mesmo da maior ou menor eficácia das várias modalidades da sua intervenção no processo político português. O que está em causa não é um mero problema de eficácia. Se assim fosse, estaríamos perante uma opção de natureza predominantemente técnica: saber se, como, e por que meios, o MFA deve contribuir para o natural desenvolvimento das transformações da sociedade portuguesa genericamente consignadas no seu Programa.

O que, neste momento, está na ordem do dia é uma opção de fundo, uma opção ideológica acerca do modelo futuro a adoptar em Portugal. Ultrapassadas

leituras de direita (democrática) do Programa do MFA, e chegado o tempo de uma opção entre as alternativas da manutenção do sistema económico vigente, com evolução para soluções políticas do tipo «democracia europeia ocidental» (ou «democracia burguesa») ainda que com eventual sequência posterior de «socialização» e de transformação do sistema capitalista num sistema socialista, com um regime de democracia popular através de vigorosas e aceleradas reformas estruturais nos domínios económicos e social.

Naturalmente, que poderá não ser indiferente para qualquer das duas alternativas, em permanente equilíbrio instável o papel assumido pelo MFA no desenrolar do processo político português.

É compreensível que valores como a «solidariedade» e a «eficácia» caíem fundo no MFA; por um lado zeloso de não deixar fermentar quaisquer divisionismos que ultrapassem o natural e salutar confronto de várias linhas no seu seio, e, por outro lado, preocupado com a resolução rápida e consequente dos mais instantes problemas com que se debate o país.

De qualquer forma, a escolha que acima evocámos nas suas grandes linhas sobrepõe-se a outras duas considerandos, decorrendo de cada uma das duas saídas a definir posições diversas quanto à in-

tervenção política do MFA no período posto-Constitucional.

## Legislação revolucionária

Foi finalmente publicado no Diário do Governo o diploma constitucional que concede mais amplos poderes legislativos à Junta de Salvação Nacional, que os exercerá até à entrada em funções dos órgãos de soberania previstos na Constituição a aprovar pela futura Assembleia Legislativa. O diploma estabelece que todos os decretos-leis que envolvam redução ou limitação das liberdades individuais devem ser sancionados pelo Conselho de Estado, artigo que foi aditado durante a sua discussão em Conselho de Estado. Por outro lado, desapareceram do texto definitivo duas das alíneas que mais largas atribuições conferiam à Junta de acordo com o projecto inicial.

No seu todo, pode dizer-se que a presente Lei Constitucional vem prever a chamada legislação revolucionária em termos menos violentos do que certos sectores previam, e sobretudo nos domínios do saneamento integral e do desmantelamento de estruturas repressivas do regime fascista, além da corrupção e sabotagem presentes na economia portuguesa.

## Subida de peso político

A saída de um período cheio de reuniões políticas (com relevo para o Conselho dos 20 e a Assembleia do MFA) a personalidade (que o mesmo se diz, neste caso, a linha) que sobressai como momentaneamente vencedora é o Brigadeiro Vasco Gonçalves, Primeiro Ministro do Governo Provisório, que sem sempre contado com o apoio e confiança da Comissão Coordenadora do MFA:

Por outro lado, a presença afirmada na Assembleia Geral do MFA, por outro lado a mini-recomposição ministerial foram interpretados pelos observadores políticos como reveladoras de uma subida de peso de Vasco Gonçalves, bem como de afirmação da Comissão Coordenadora do MFA. Quanto às conjecturas que se têm levantado em torno do balanço da Assembleia de Delegados veja-se a extrapolação feita na página 17 (desta feita, aliás o primeiro jornal a revelar eventuais conclusões daquele órgão não foi o EXPRESSO, mas sim um vespertino lisboeta).

No que respeita à remodelação governativa, considerada matéria do foro exclusivo do MFA, ministros houve, como Vítor Alves, que de repente, se viram substancialmente esviados de competência. Ao mesmo tempo, dois homens da Armada — um antigo membro da Junta, e um antigo componente da equipa angolana de Rosa Coutinho — vieram ocupar as pastas da Defesa Nacional e da Comunicação Social, respectivamente.

A nomeação do Comandante Correia Jesuino acarretou a exoneração dos Secretários e Subsecretários de Estado, avertendo alguns círculos a hipótese da nomeação de um novo subsecretário, que poderia vir a ser um jornalista com funções destacadas na imprensa lisboeta.

Neste contexto, a comunicação do Primeiro Ministro ao país, anunciada há quase um mês, e que então não teve talvez lugar por serem diversas as condições do equilíbrio político, acabou por ser eflicada na noite de antontem. Aliás, é esta, em nosso entender, a sua principal característica: a de coroar um processo de afirmação política do Primeiro Ministro.

O segundo ponto significativo da longa comunicação foi o local escolhido para se realizar: uma sessão de dinamização cultural do MFA. A campanha de dinamização cultural do MFA, que desde a primeira hora sempre foi apoiada pelo Primeiro Ministro, tem suscitado as mais diversas reacções na opinião pública portuguesa. A escolha intencional de uma das suas sessões para o Primeiro Ministro se dirigir ao país deverá, portanto, ter obedecido ao objectivo de revelar o seu reiterado patrocínio à iniciativa em curso, bem como de simbolicamente integrar num ambiente — MFA — uma mensagem em que avultaria a defesa da futura institucionalização do Movimento. Dal também a presença, em peso, dos membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

Uma terceira faceta da comunicação ao país do Primeiro Ministro liga-se ainda ao ambiente escolhido para pano de fundo desta comunicação — a pequena sala do Salvo.

O ambiente da participação popular (participação que não existiria numa fria alocução transmitida de S. Bento ou dos estúdios da RTP), adossa-se bastante bem às características ostentadas do Primeiro Ministro. Efectivamente, Vasco Gonçalves é um orador que poderíamos chamar «populista», pondo o acento tónico no estabelecimento de uma comunicação directa com o público-auditor. Em Portugal, o estilo do orador «populista» não é nada

coram. Pode até dizer-se que se trata de uma linha política com escassas tradições entre nós. Já, no âmbito, em Espanha (sobretudo antes do regime franquista), e em vários países da América Latina é frequente detectá-la.

Se quisermos sintetizar algumas das características do «populismo-oratório» teremos:

1º — discursos longos (não é Fidel de Castro que fala 3 ou 6 horas?), sem grande preocupação de uma linha lógica vivível entre as suas partes componentes, mas repouso, a intervalos regulares, ideias que constituem «leit motiv» da exposição e que ficam no ouvido dos auditores;

2º — discursos que na maior parte da sua extensão não são escritos, dissertando o orador espontaneamente (mas com uma espontaneidade previamente pensada) acerca de tópicos que tem apontado;

3º — recurso a uma linguagem muito simples e directa, perceptível para as classes trabalhadoras, mesmo se isso implica chocar, com frequência, sectores intelectuais da população;

4º — emprego sistemático do exemplo concreto, e de expressões ou provérbios de natureza marcadamente popular;

5º — criação intencional de um ambiente emotivo sobre algum ou alguns dos pontos fundamentais do discurso, com os efeitos decorrentes sobre a assistência que o «ave-in loco» (o que implica um grande poder histórico, que se projecta nas massas).

A primeira intervenção de Vasco Gonçalves neste estilo coincidiu com o 28 de Setembro (mas precisamente na noite de 29 para 30 de Setembro), mas a mais significativa foi o discurso proferido no Porto no dia 5 de Outubro.

Desta feita sem fugir àquelas características principais, a comunicação foi mais longa e talvez menos contudente do que a do Porto. Em contrapartida, foi politicamente mais significativa.

## Mensagem

Na mensagem (fundamental) de Vasco Gonçalves é possível distinguir as referências a curto prazo das referências a médio e longo prazo.

Nas referências a curto prazo avultaram as seguintes:

— a prevenção acerca das dificuldades que os portugueses vão encarar em futuro próximo no plano Económico, com todas as consequências do facto resultantes;

— o elogio, por duas vezes, de um largo sector das classes trabalhadoras que conduzem as

suas lutas «pela defesa e pelo desenvolvimento da produção» (com uma referência concreta ao exemplo dos trabalhadores alentejanos);

— a defesa da campanha de dinamização do MFA;

— a necessidade da continuação do saneamento, embora em termos que o não transformem em «perseguição vingativa»;

— o ataque aos sabotadores económicos (fazendo apelo a uma vigilância popular), e aos «esquerdistas, em termos muito claros, designadamente no que se refere à sua actuação escolar»;

— a crítica das «ocótes» de ocupação das casas de habitação. Mas, mais importante do que a ajuda aos diversos factores de curto prazo apontados pelo Primeiro Ministro, foi a posição que definiu relativamente a quatro grandes questões que se colocam no médio e longo prazo de evolução da sociedade portuguesa:

1ª — a defesa da institucionalização do MFA, transformado num «impulsionador e um garante da revolução portuguesa» cuja missão «não termina quando forem institucionalizadas ou começarem a funcionar os novos órgãos de soberania da Nação que há-de ser estabelecidos na futura Constituição; essa delma relacionada com o debate em curso acerca do tema clarifica a posição do Primeiro Ministro (diversa, como admitiu, da de 5 de Outubro), e revela em que sentido, provavelmente, se orientará a sua resolução.

2ª — as duas referências à íntima ligação entre a inflação sentida e o sistema capitalista, bem como a necessidade de uma futura transformação do sistema, «à medida que o nosso país amadurece para os passos que deva dar»; trata-se de mais um ponto inovatório na posição divulgada publicamente do Primeiro Ministro;

3ª — liga-se esta prospectivação da resolução de alguns problemas económicos com a exposição que Vasco Gonçalves, depois fez sobre o Programa Económico-Social do Governo, acentuando expressamente a meta, a prazo, de um modelo que salvaguarde uma independência económica e uma via socializante (continuu, por exemplo certa suspensão para os observadores políticos o facto de ter sido o próprio Primeiro Ministro a negociar as principais medidas mais progressistas do Plano Económico, em antecipação ao Ministro Melo Anães e cuja conferência de imprensa fora, entretanto adiada para segunda feira);

4ª — finalmente, Vasco Gonçalves falou das eleições para a Assembleia Constituinte. É esta parte do seu discurso obedente à seguinte ideia essencial: «A nova Constituição não pode ir contra as conquistas que o MFA e as forças progressistas em Portugal já obtiveram para o povo português. Essa nova Constituição não pode atirar o espírito do Programa do MFA. Isto é preciso que fique bem nítido na cabeça de todos nós... Nós não vamos perder por via eleitoral aquilo que tanto tem custado aos portugueses. Por isso, os Programas dos Partidos devem ser progressistas... Mas adiante frustaria que a campanha eleitoral devêr ser «uma campanha de unidade contra a reacção e contra o fascismo que não desapareceram em Portugal».

Foi este talvez o ponto em que Vasco Gonçalves mais apareceu emocionado. E, foi a sua insinuação sobre ele que deu o ar na mente dos ouvintes a sensação que se encontrava seriamente preocupado acerca das próximas eleições. «Nós não podemos regressar, nem regressaremos aos ambientes contrários de 1926; nós não devemos cometer erros irreparáveis. Por isso apelo para a sensatez, para a calma de todos os portugueses, em particular das classes trabalhadoras, para que não sejam cometidos erros irreparáveis. Cometer erros deuses é voltar atrás e nós não queremos voltar atrás, tudo faremos para que se não volte atrás».

O Primeiro Ministro não especificou o que entendia por «erros irreparáveis». Mas, alguns observadores entendem que se referia a resultados eleitorais considerados contrários à linha que o MFA tem imprimido ao processo revolucionário em Portugal. De resto, idêntica preocupação já tinha sido revelada por inúmeros oradores nas sessões da campanha de dinamização do MFA. No seu todo, Vasco Gonçalves (representando uma linha de pensamento), saiu com uma posição fortalecida no actual cenário político português. Este é um facto inequívoco, que pode assumir particular importância no momento presente do processo de democratização em curso.



## Maleabilidade para um entendimento

A INSTITUCIONALIZAÇÃO do MFA, tal como terá ficado decidida na última Assembleia de Delegados, tem essencialmente um significado: o MFA deseja permanecer na vida política, para além das eleições, em posição semelhante à que ocupou durante o período excepcional que tem sido designado por pré-democrático (ver a *extrapolação tentada* na pág. 17).

Sendo ponto assente, há já bastante tempo, que os militares não voltam para os quartéis, o que lhes faltava decidir era qual o grau de participação que desejam ter na vida política. Entre as teses defendidas, que iam desde o domínio total à presença discreta, parece ter-se optado por uma que foi definida pela palavra motor, em contraposição a árbitro.

Foi, portanto, como motor do processo político que o MFA se apresentou ontem aos partidos políticos. Motor exigente, interveniente, pretendendo prolongar sem prazo certo a sua legitimidade revolucionária.

Dentro de pouco tempo se saberá como reagiram os partidos políticos à plataforma proposta pelo MFA. Aceitarão, por exemplo, a participação dos militares no Governo, a aprovação pelo MFA dos candidatos à presidência da República, o poder, a atribuir a um órgão de predominância militar, de vetar as decisões governamentais ou parlamentares, a manutenção da separação entre os poderes civil e militar? Ou entenderão os partidos que, sendo a presença do MFA necessária para implantação do espírito que presidiu à elaboração do seu Programa (e para a aplicação efectiva do Programa Económico), ela se deverá verificar em termos limitados, no tempo e quanto às atribuições?

Os partidos têm, na actual conjuntura, o direito de se interrogarem sobre o seu lugar na vida política portuguesa, nomeadamente no que respeita ao grau de subordinação que devem ao MFA. O MFA, por seu lado, já deve ter equacionado o papel que entende caber aos partidos.

Resta saber se as posições dos partidos e do MFA coincidem nesta questão (que é a questão-chave do futuro político português), como até aqui, com maior ou menor dificuldade, têm coincido.

É pouco natural que todos os partidos adoptem atitudes idênticas perante a plataforma que ontem lhes foi proposta. O PC e o MDP têm estimulado a omnipresença do MFA, inclusive na Assembleia Constituinte. As teses do PS ou do PPD, da UDP ou do MRFP, do PDC ou do CDS serão, quase de certeza, diferentes, embora por distintas razões.

O acordo MFA — partidos acerca da plataforma terá de estar concluído — diz-se — antes do início da campanha, previsto para o princípio de Março. As eleições estão marcadas para 12 de Abril e é impensável que por falta de entendimento nas negociações ou por qualquer outro motivo, venham a ser adiadas. A campanha, por seu lado, não pode ser encurtada por arrastamento das mesmas negociações basta pensar na importância do uso da Televisão pelos partidos concorrentes, para se concluir que o prazo legalmente fixado para a campanha não é excessivo para o indispensável esclarecimento dos eleitores).

as partes — partidos e MFA — na condução das negociações, para se chegar a uma conclusão em tempo útil. E sobretudo para se obter uma solução equilibrada, que não só agrade às bases (do MFA e dos partidos), mas também permita atribuir às eleições que se avizinham o relevo e significado que efectivamente têm para a maioria dos portugueses.

É certo que, no seu discurso da passada quarta-feira, o primeiro ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, afirmou: "Não vamos perder por via eleitoral o que tanto esforço tem custado ao povo português". Mas convém não esquecer as palavras proferidas, dez dias antes, pelo Presidente da República, general Costa Gomes: "Estas primeiras eleições acabam por determinar os homens a quem compete a transcendente responsabilidade de preparar a Constituição, a Lei Fundamental que lançará o povo a que pertencemos no rumo do Futuro."

# Pela reclassificação isenta — contra o saneamento discricionário

J. E. V.

## I — Portugal um corpo doente

CONTROVERSOS, controversos e manipulados pelo mais amplo leque de interesses, os "saneamentos" já fizeram verter muita tinta e contribuíram para a destruição moral e social do País. Mas, afinal, não precisa um país renovado de reformular todas as suas estruturas, de vacinar-se a todos os níveis para impedir a recidiva da mais cruel das enfermidades, de que padecemos durante quase cinco décadas?

Um corpo doente, cujas metástases já tinham provocado o mais insulubre conformismo sem esperança, precisa duma profunda acção clínica, enquadrada da mais claramente propedéutica, na mais meticolosa cirurgia, na mais progressiva e enérgica recuperação. Este corpo precisa afinal duma boa equipa médica que através dum trabalho de análise, síntese, decisão e acção pudesse extirpar as metástases dos incidentes e o tumor fora miraculosamente curado pelos cravos de Abril.

Dispensando maiores devaneios, esta equipa teria que primar principalmente por três qualidades: Competência técnica dos seus elementos, Espírito de equipa e Deontologia.

## II — Capacidade de intervir e alterar o processo em curso

As intervenções das pessoas podem enquadrar-se normalmente em dois grandes tipos: as que têm possibilidades de, por acções, unificar ou qualificar de ambas, ampliar, desviar ou sabotar uma missão global, e as que são instrumentais em relação àquelas opções, programáticas, doutrinais ou ideológicas. Assim pode-se visualizar uma dualidade entre centros de decisão e locais de execução.

E é tão fácil classificar, seriar e hierarquizar completamente as funções que, decerto, a tal equipa médica não se predispunha a estar de acordo apenas mediante o resultado duma autópsia.

A não ser que... factores exógenos alterassem e transfigurassem completamente o quadro clínico que se revelava tão sério.

## III — Direitos do homem e coerência "a portuguesa"

Em Portugal  
A Lei Constitucional do País, vulgar Programa do MFA diz (além das alíneas A), B4, B5 e 1), B7 a), todas elas integradas numa vocação de respeito pela dignidade

da pessoa humana em alguns dos seus passos o seguinte:

— O MFA... dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional... que conduza... à harmonia, progresso e justiça social, indispensáveis ao "saneamento" da vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.

— Entre as Nações

Convidando os leitores à leitura e meditação dos arts. 7.º, 8.º e 10.º da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, transcrevemos o seu artigo 11.º:

1. Todo o acusado dum acto delituoso se presume inocente até que fique provada legalmente a sua culpabilidade no decorrer dum processo público em que lhe sejam asseguradas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento em que foram praticadas, não constituíssem acto delituoso segundo o direito interno ou internacional. E também não será infligida pena mais severa que aquela que fosse aplicável no momento da comissão do acto delituoso.

— Em Portugal  
— Chefe do Estado-Maior do Exército

... desde a primeira hora que tenho vindo a apelar para a necessidade de se criar legislação revolucionária que defenda a Revolução.

— Ministro da Coordenação Interterritorial

... legislação revolucionária no sentido de que define uma revolução jurisdiccionalizada, o que reputo excelente.

— Ministro sem pasta (Magalhães Mota)

"O sacrifício dos direitos e liberdades individuais nunca é solução"

— PS-FPD-CDS-MDP/CDE  
Todos invocam a dignidade da democracia e o respeito pelas liberdades fundamentais.

Comentário

Há ou não há legalidade revolucionária? A Revolução de Abril terá ou não sectionado a legislação anti-ditadora?

Tudo leva a crer, observada a imagem emanada pelo Poder, que vivemos num Estado de Direito.

Existe ou não a força real que fez a Revolução?

Será possível ser-se coerente?

## IV — Algumas Justificações e muitas injustiças

O 25 de Abril transmitiu uma serena mensagem de esperança,

unido e convergência na reconstrução nacional feita por todos os Portugueses.

Quando o Povo tomava os seus legítimos banhos de liberdade, já alguns vozes se erguiam motivadoras de ruins sentimentos na alma das multidões em fúria.

Dada a fundamental preocupação da irreversibilidade do MOVIMENTO, certíssima surge a designação do Inimigo Único: O Fascismo.

Mesmo os erros de estratégia retardadores da libertação e acumulados ao longo de décadas de anos, não impediram os mais variados sectores da política, de se definirem por negações, recusando-se em indefinição, por detrás dos "outros".

Assim, parece ter havido a preocupação, em muitos democratas, especialmente nos de avóio, de dar ao inimigo vencido uma estatura que ele talvez não tivesse, ainda revelada no processo de desmantelamento, tudo com a preocupação de engrandecer retro-activamente a vitória. E afinal parece que o regime deposto estava mesmo podre.

Houve então que li sucessivamente transferido o espantalho e o opróbrio para o monopolismo capitalista, a burguesia capitalista, a pequena burguesia, o conformismo pequeno-burguês e finalmente quando mesmo assim escassavam os alvos para o tiro instintivo dos saqueadores há que institucionalizar um inimigo que resta à aguras do tempo e às marriadas da destruição.

O Bom Senso, a Isenção e o Equilíbrio tornam-se reacções.

Em vez de se ter estudado e caracterizado em pormenor o

inimigo, considerou-se levementemente que ele só tinha uma face e esqueceu-se a outra, que além de totalitarista, também era anti-portuguesa e imperialista. E é muito difícil vencer quando se menospreza o adversário!

A subestimação permitiu que muito cedo começasse a ser negado a muitos compatriotas o direito de colaborar na tarefa ingente que a todos devia amalgamar. O inimigo sobre assim escolher uma arma digna do seu assassinar, o que correu, ao bom estilo de guerra bacteriológica, a sociedade Portuguesa: o SANEAMENTO.

O protesto de legítima defesa de quantos sofreram os viltérios das perseguições, eilicas na nossa história faz com que, mesmo aqueles que mais reclamam e invocam o direito ao trabalho sejam os que começam a rasgar no solo nacional os sulcos profundos do desvio e da desconfiança.

No momento, quase impar na história da humanidade, em que se criavam condições ideais para Construir e Reconstruir, começa a Demolir.

A grande semente foi a solidariedade por divisão do trabalho. Acentua-se a solidariedade por semelhança, bajuladora, triunfalista e castradora da dinâmica dos grupos funcionais.

Ataques e projectos feroces e demagógicos ignoram ou corrompem a beleza das relações de trabalho.

Parecendo que a missão é desuair, germinam as sementes da desconfiança entre os amigos e companheiros de trabalho e de luta. Transfigura-se o Diálogo, dá-se-lhe o diabólico aspecto dum emergente subversivo.

E o Simposiútm é perempório — uma só recolta: a UNIDADE.

## V — Investimentos para uma reclassificação

Sendo certo que muitas pessoas deveriam ser julgadas por crimes de delito comum, outras poderiam apenas ser mudadas de situação. Havia que criar, tecnocraticamente as condições para o edónio.

E neste contexto, qualquer consólio de saneamento, sectorial ou intersectorial, tinha à sua disposição meios que existiam, e que além do pecado de existirem só eram capazes de converter o crime de resolver o problema.

No âmbito civil, centros e institutos de psicologia aplicada proliferam por si fora. No campo militar o Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército e outros, já deram prova de eficácia e actualização técnica. A coordenação de ambos os sectores daria cobertura, estou certo, à honestidade social dum reclassificação ISENTA.

Uma verdadeira reclassificação, assente na justiça das avaliações, na interpretação de psicogramas e sociogramas e baseada no respeito vocacional da pessoa humana teria atingido o desiderato do Programa do MFA "saneamento da nossa vida pública" e não a amputação de tantos membros desse corpo desajustado de viver, quantos vezes os seus realizadores e quantas vezes sem que a sociedade saiba PORQUE!

## VI — ...e o fascínio do poder

Sabendo-se, ou calculando-se, devido ao esoterismo da sua sinceridade que determinados

sectores nunca senharam com a tolerância de existirem, não admira que a paranóia os tenha assaltado e os conduza por imprevisíveis sonhos da mais eloquente grandeza e total hegemonia.

O Problema é portanto outro, que não o do saneamento, e em muitos casos, que coexistem com aqueles em que a justiça foi feita, trata-se dum estigmatização à maneira da que faziam os chefes de guarda do deposto governo de usurpação nacional.

Quero saber, esse direito e dever sócio prometido em 25 de Abril O PORQUE dos saneamentos à porta fechada, tipologicamente nazi-soviético.

Não podemos admitir que os nossos camaradas e colegas de trabalho sejam tratados como tumores malignos.

TUDO O DIREITO INTERNACIONAL E NACIONAL (o problema estará em que entre direitos são filhos do Ocidente?) CONSIDERA TODOS OS SERES HUMANOS EM SITUAÇÃO DE PLENA INOCENCIA ATÉ PROVA EM CONTRARIO!

A todos os senhores da informação gostaria de lembrar que ao evidenciar e sublinhar as incoerências e contradições do sistema em que vivemos é que prestamos um bom serviço ao País.

Vamos acabar com louvarinhas e cartões amens, e passar ao ataque dos pontos essenciais e à defesa da nossa via original para uma democracia de pessoas livres, onde cabem mesmo as ideologias que eu pouco agradeço, quando ataco os "representantes oficiais" que não as representam!

ABAIXO A JUSTIÇA DE "CASTELA"

Rosa, Eugénio

## Polémicas

Do debate acerca dos monopólios  
à posição do EXPRESSO quanto ao

## MFA

O NÚMERO 111 (15/Fev./75) do jornal que dirige, saíram três artigos — dois deles assinados — a merecem atenta reflexão, não apenas pelas deformações que contém alguns deles, mas também pelas conclusões que um (ou vários) poderiam claramente atingir.

O primeiro, dessa trílogia, é um artigo que tem como título "A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS" de Fernando Iberria.

Para este senhor, a luta contra os monopólios "é um dos temas, já antigos, da propaganda comunista, retomado pelo programa do Movimento das Forças Armadas".

Assim para Echevarria, a luta para os monopólios, não é uma novidade mas no nosso País, se apenas um "tema de propaganda" (existe muita ambiguidade entre esta afirmação e o embaixador americano, F. Phocci, sobre o imperialismo americano: "para mim, afirmou a expressão imperialismo americano não tem significado"; mas, é um tema também de propaganda).

Mas recordemos alguns aspectos da realidade nacional, intencionalmente esquecida por F. E. na sua análise".

No campo, as 488 maiores explorações têm mais terra do que

as 670 000 menores explorações agrícolas. No distrito de Setúbal, por exemplo, existem 10 propriedades que possuem, só elas, 50 285 ha.

Na indústria e nos Serviços a situação é semelhante. O grupo CUF é proprietário ou participa no capital de 186 empresas. Dez por cento do Produto Nacional Bruto é produzido em empresas pertencentes ou ligadas a este grupo económico. Com certa ironia até poderíamos dizer, que todos os dias, cada português, desde que se levanta até que se deita, é obrigado a comprar qualquer artigo produzido em empresas da CUF. O grupo Champalimaud controla completamente a metalurgia de base (siderurgia) e grande parte da indústria portuguesa de cimentos.

"As acções de apenas cinco das muitas empresas deste grupo, valiam, em 31 de Dezembro de 1972, à cotação da Bolsa, cerca de quarenta milhões de contos", ou seja muito mais de que todas as receitas do Estado naquele ano. O grupo Espírito Santo é outro importante grupo monopolista português. Assim, "nos corpos gerentes de 20 grandes empresas a funcionar em Portugal encontram-se membros da família Espírito Santo, que ocupam, estas, mais de 40 cargos".

Os exemplos podiam-se alongar, mas os apresentados parecem suficientes para dar uma ideia da extrema concentração da

propriedade em Portugal. Como resultado inevitável deste facto, a repartição da riqueza criada pelo Povo Trabalhador, faz-se em benefício, principalmente, de uma minoria privilegiada. Assim, no começo da década de setenta, existiam no nosso País trezentas famílias, que possuíam, cada uma delas, fortunas avaliadas em mais de um milhão de cruzeiros: enquanto isto sucedia, 35 em cada 100 famílias portuguesas tinham, na mesma altura, um rendimento mensal inferior a 3500\$000 o que dava em média, por dia e por pessoa, cerca de 4\$00.

Perante os factos factos e estes dados, as perguntas que se põem imediatamente são estas: — Serão os monopólios, no nosso País, apenas um produto de imaginação delirantes ou mal intencionadas? Serão a luta contra os monopólios apenas "um tema de propaganda", como afirma o sr. Echevarria? Ou pelo contrário, a luta contra os monopólios é uma necessidade real resultante da estrutura sócio-económica portuguesa, onde para que poucos tenham muito, é necessário que muitos não tenham nada?

Deixamos ao leitor as respostas a estas perguntas.

Substituindo a análise científica, pela agitação do "pápio comunista" (procura-se assim tirar partido de 40 anos de propaganda anti-comunista e de política obscurantista), equivoce senhor afirma, com ar de verdade indiscutível, — "a luta contra os monopólios, é um tema de propaganda, mas da propaganda comunista, remoadas pelo programa do Movimento das Forças Armadas". E mais à frente: — "será beneficiário (com tal luta) o partido comunista agindo como sociedade anónima ou o Movimento das Forças Armadas servindo de agência do partido comunista".

O menos que se pode dizer de tudo isto, é que o sr. Echevarria desconhece a luta (porque naturalmente não participou) de todas as forças verdadeiramente democráticas, antes de 25 de Abril. Para além do Partido Comunista, que sempre lutou contra o poder e o domínio dos grandes agrários, dos monopólios e do grande capital estrangeiro instalado em Portugal, outras forças democráticas, não comunistas, empenharam-se na mesma luta, porque sabem perfeitamente que este combate é o único que tornará possível que se crie em Portugal, uma sociedade e uma economia ao serviço do Povo Trabalhador, e onde não existe a exploração do homem pelo homem. Portanto, para lutar contra o poder dos monopólios, não é preciso ser comunista, como afirma indirectamente F. Echevarria.

Sobre a afirmação daquele senhor, que da luta contra os monopólios, "será beneficiário o partido comunista agindo como sociedade anónima ou o Movimento das Forças Armadas servindo de agência do partido comunista", a única coisa que lhe desejo dizer, sr. director, é que as liberdades conquistadas em 25 de Abril não deviam servir para os inimigos da democracia difamarem o M. F. A. e outras forças consequentemente democráticas.



O segundo artigo em relação ao qual gostaria de fazer algumas considerações (que têm de ser

naturalmente muito sintéticas devido a extenso já deste meu escrito) é o que tem com o título: GOLPE DE ESTADO PERMANENTE. Um depoimento de Eurico Ferreira e Alfredo Sousa, também publicado no V/ jornal de 15/2/75.

Tenho à minha frente, sr. director, um dos últimos Relatórios do Banco Totta & Accorez, onde o nome de Alfredo Sousa aparece logo na 2.ª página, encimado pelo pomposo título de "CONSULTOR ECONÓMICO". Na última revisão salarial que teve lugar antes de 25 de Abril no sector bancário, e outros os trabalhadores foram burlados pela decisão do tribunal arbitral, o dr. Alfredo Sousa fez um estudo para o grémio dos bancos e casas bancárias, onde, entre várias correções, se destaca a seguinte: "Não se descorriam razões para variar os níveis de vencimentos efectivamente pagos, pois o andamento da remuneração média na vigência do actual CCT e mesmo em relação a 1964 tem recuperado todo o poder de compra perdido por subidas de preços e até tem registado acréscimos em termos reais."

Recordo estes factos, apenas com o objectivo de dar aos leitores do V/ jornal uma ideia ao serviço de quem tem estado sempre o dr. Alfredo de Sousa, e da forma como defendia as classes trabalhadoras antes de 25 DE Abril. Assim, será muito mais fácil compreender o verdadeiro significado e os objectivos do artigo publicado no jornal EXPRESSO.

Para E. F. e A. S., a quase total paralização dos investimentos realizada pelos grandes grupos económicos portugueses e pelas empresas multinacionais instaladas em Portugal, não seria devido, por um lado, à crise que abala presentemente todo o sistema mundial do capitalismo, e, por outro lado, à acção de sabotagem económica e social levada a cabo por aqueles senhores depois de 25 de Abril, mas sim determinada por "uma táctica de mera sobrevivência", em face "da intimidação", "da denúncia infundada", "da desobediência e da indisciplina" em que os culpados e os causadores seriam os trabalhadores. Chegou-se mesmo ao ponto de acusarem estes de procederem "sobre diversas capas, à mais completa e subreptícia sabotagem económica". Não estamos muito longe da teoria marxista, em que Malthus acusa aqueles que sofriam as consequências da anarquia e da desorganização do sistema capitalista, de serem os culpados desta situação.

Ao que chega, sr. director, a falta de consideração por aqueles que mais têm suportado as consequências da situação difícil que o País atravessa!

Em face da luta dos trabalhadores, para que não sejam os únicos a suportarem as consequências da crise actual, Eurico Ferreira e Alfredo Sousa fazem um lancinante apelo às Forças Armadas. Escusamo-nos de novo e façamos a tradução dele para palavras claras a fim de que seja compreendido por toda a gente: "Não poderão dois portugueses desarmados — no mais completo sentido do termo — apelar para estas Forças Armadas do autêntico 25 de Abril? Só nos resta a coragem de o dizer, coragem que a angústia apoia". Em outras palavras, melhor, em palavras claras, estes dois "heróis portugueses desarmados" pedem com "angústia" ao M. F. A. que esmague, pela força, a luta dos

trabalhadores por melhores condições de vida, e por uma sociedade liberta das segurças do fascismo e de todas as formas de exploração.

Não será demasiado, sr. director, que tais tipos de apelos sejam feitos, embora de uma forma subtil, nas páginas do V/jornal?

O terceiro artigo que também queremos analisar, é o dedicado à institucionalização do M. F. A., o qual tem como título "AS VÁRIAS ALTERNATIVAS EM CONFRONTO".

Aqui também é claro o desejo de fazer infectar a situação actual para a direita, através da divulgação despropositada e intencional das várias propostas que estão a ser debatidas nos órgãos do M. F. A., por meio de comités locais a essas propostas onde se chega a insinuar que o M. F. A., ou parte dele, está interessado na instauração de uma ditadura militar.

A transição seguinte, retirada desse artigo, é um exemplo concreto desses "habilidosos" processos: — "A quem aproveita uma ditadura militar em Portugal? Sabe-se quem não quis em 25 de Abril: os jovens oficiais do Movimento trunfante que no seu programa se tinham clara e inequivocamente, atribuído uma missão e apartidária, chamando à cooperação consigo as mais variadas formações políticas. Quem a quererá em Março de 1975?"

Desta forma, sr. director, o V/jornal procura provocar fricções, trazer os vacilantes para o V/lado, influenciar membros, e ao fundo, as futuras Assembleias do M. F. A. (onde serão debatidas tais propostas) na direcção dos interesses da classe que V/representa e defende. V/sabe bem que um jornal é um órgão de pressão tremendo, e utiliza habilidosa e inteligentemente o seu com aquele fim.

No entanto, estamos confiantes, que tal como aconteceu em 25 de Abril, em que "os jovens oficiais não se deixaram intimidar pelo gigantesco aparelho repressivo fascista, também agora não cederão perante estas formas de repressão, nem se alistarão um milímetro do caminho que livremente decidiram trilhar principalmente em benefício das camadas mais desfavorecidas do Povo Português.

Finalmente espero, sr. director, que, contrariamente ao que sucedeu com as cartas que enviei antes de 25 de Abril — uma saiz truncada e a outra nem foi publicada — esta possa ser submetida, na íntegra, à reflexão dos leitores do V/jornal.

Eugénio Rosa

N. R. — I — O EXPRESSO nota a colaboração crítica de Eugénio Rosa — conhecido economista do INEP/CDE — publicando na Média/CDE —, publicando na Média/CDE —, publicando na Média/CDE —, visto eia, pela sua

dimento, exibir aquilo que normalmente é uso na página «Cartas».

2 — Na página de opinião do EXPRESSO têm colaborado pessoas de todas as correntes políticas, sem discriminações de qualquer tipo.

Alá, no mesmo número e na mesma página em que se publicou os artigos de Echevarria e de Alfredo de Sousa e Eurico Ferreira, inseriu o EXPRESSO um outro artigo de Joaquim Pires de Lima, em que não só este defende ideias opostas às dos autores do segundo, como até ataca frontalmente um artigo anterior daourtes.

Porque estranha razão se terá Eugénio Rosa esquecido de mencionar o facto, e de dizer que também esse artigo merecia «atenção reflexiva», «pelos objectivos que pretende atingir»?

Como é óbvio o EXPRESSO não subscreve necessariamente as teses dos artigos publicados na página de «Opinião».

Sobre o monopólio económico muito se tem escrito, causando a reacção de pessoas que se consideram lesadas. Mas aqui fica o depoimento de Eugénio Rosa político relativamente às posições de Echevarria, Alfredo Sousa e Eurico Ferreira.

3 — Quanto ao artigo «As várias alternativas em confronto», todo ele é uma transcrição de factos ocorridos (vg. com a «legislação revolucionária») e de documentos apresentados (propostas sobre a institucionalização). Apenas no fim se pergunta a quem interessa a criação legal de uma ditadura militar no nosso país. E tem-se o cuidado de muito claramente partir de um conceito de «ditadura militar» que é o adoptado comumente pelos cientistas políticos e de explicitar que se crê que os jovens oficiais do Movimento logo a 25 de Abril repudiariam firmemente a solução da «ditadura militar».

A pergunta refer-se-á, portanto, a forças políticas, económicas e sociais (e nunca ao MFA) que, descoberta ou veladamente, defendem a ditadura militar.

Será violação da ética jornalística a divulgação, em primeira mão, e sem falsidade alguma, das propostas acima referidas?

Parce-nos bem que não. Ou Eugénio Rosa pensa que o caso Watergate, o caso Profumo, o caso dos Documentos do Pentágono são exemplos de antijornalismo, são testemunhos de violação da deontologia jornalística?

Em primeiro lugar, o EXPRESSO não está vinculado (eticamente) ao critério de oportunidade de ninguém (seja mesmo de Eugénio Rosa) na divulgação de notícias.

Em segundo lugar, trata-se de propostas apresentadas já em momento anterior e não para apresentar ao futuro.

Em terceiro lugar, têm sido inúmeros os nossos colegas diários a divulgar o número e conteúdo de propostas análogas (e com um requête de informação muito superior ao nosso).

Não consta que Eugénio Rosa escreva cartas a esses jornais, achando despropositadas notícias, que, em alguns casos, são pura e simplesmente mentiras. Mas mentiras convenientes (para alguns).

Em quarto lugar, a Assembleia do M.F.A. — que é um órgão político e não da hierarquia militar — tem debatido temas políticos, que merecem a mesma atenção da imprensa que os debates de Conselho de Estado e Conselho de Ministros (como em todos os países onde há liberdade de imprensa).

Por outro lado, o EXPRESSO não procura provocar fricções ou divisões algumas ao seio do MFA. Esta acusação até provoca hilaridade se se tiver presentes notícias de outros órgãos de informação, que mais não são, sob a capa de transcrição de factos, do que verdadeiros artigos de opinião, e que, diariamente aliudem, comentam, desenvolvem o tema da institucionalização do MFA, procurando claramente pressionar o Movimento.

Quando o EXPRESSO noticia apenas o que sucede (e outros intencionalmente omitem, porque não convém), quando o EXPRESSO opina sobre problemas fundamentais de todos nós — então — veja-se o ridículo — e logo acusado de estar a pressionar a opinião pública, a pressionar o MFA... Daqui ao pedido de proibição de falar sobre temas «tabu», ou ao pedido de suspensão vai um passo.

No fundo, a experiência não é nova. Antes do 25 de Abril, quando ouvíamos ir contra a «maioria silenciosa» que então já era a imprensa portuguesa, éramos acusados de pressionar a opinião portuguesa. Só que então quem nos acusava e perseguia eram os defensores da «ortodoxia fascista»...

E que culpa temos nós de sermos hoje dos jornais com maior tiragem em Portugal? Que culpa temos nós de continuarmos a ser o jornal português com maior prestígio no estrangeiro?

Que culpa temos nós de aumentar em cada número, o volume daquelas que nos leem, consideram e apoiam?

Mas nós sabemos que se «os jovens oficiais», tal como o EXPRESSO, não se deixaram intimidar pelo gigantesco aparelho repressivo fascista, também agora não cedirão perante estas formas de pressão, que surgem de muito lado, e com particular contundência, e chegaram a utilizar como um dos meios privilegiados a carta «inocente» enviada ao semanário «insinuador», «habildoso», «pressionante» (como é curioso ver que os adjectivos com que nos atacavam os Castanos, os Rapazotes e os Baptistas reaparecem postos nas bocas de democratas laéticos!)

4 — O EXPRESSO não ignora que há, neste momento, uma larga campanha orquestrada contra si. Sabe mesmo de onde ela vem, os meios de que se tem servido e vai continuar a servir. Mas não cede. Se fosse da imprensa de ceder,

nunca teria chegado ao 25 de Abril.

O EXPRESSO não bajula ninguém, sobretudo o poder político. E não precisa de dizer que está com o MFA. Já estava com o MFA quando este se chamava «Movimento dos Capitães», e salamos com duas horas de atraso só porque a «coluna militar» era trucidada por querer transmitir «mensagens» que o regime fascista temia ou suspeitava. Já estava com o MFA quando passou a prova de página por ouzair apoiar Costa Gomes e Spínola no momento da demissão. Já estava com o MFA quando ouzava dizer a verdade da guerra colonial (como, aliás, ainda recentemente o reconheceu de forma inauspita, em entrevista, Agostinho Neto).

Mas o EXPRESSO, entende que é a sua própria missão de órgão de imprensa independente e sãento que lhe impõe o exercício da liberdade de crítica à acção dos governantes e da liberdade de noticiar factos que interessam a todos os portugueses e não a alguns deles.

E este o tipo de jornalismo que sabemos fazer — não vinculado a quaisquer forças políticas, económicas ou sociais. Quando nos convencermos que não poderemos continuar a fazê-lo, o EXPRESSO fechará as suas portas. Não aceitamos novas «censuras», nem «novas ortodoxias». Para condicionamento de liberdade de expressão nos bastaram já os anos do fascismo...

E então cumprirá aos historiadores explicar aos vindouros porque é que um jornal que foi dos mais perseguidos pelo fascismo, que lutou decodadamente pela democracia, não pôde sobreviver, por falta de liberdade, numa sociedade que se dizia e queria democrática...

P. S. — Deveremos uma palavra de gratidão a Eugénio Rosa: por ter recordado as suas cartas escritas para o EXPRESSO, mutilada uma e cortada outra na íntegra pela censura fascista. Nós também nos recordamos do facto.

Lembramo-nos, designadamente, da altura que foi a autorização da publicação da carta pela censura nostro jornal, mas não no nosso (tinhamos uma tiragem elevada, diziam os censores fascistas).

Eugénio Rosa, de resto, sabe — que — com uma apreensão de facto, quatro processos penais e dois longos períodos de prova de página — o EXPRESSO foi o jornal mais perseguido pelo fascismo nas vésperas da sua queda!

**Assembleia do MFA de 17 de Fevereiro**

# **A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A EXTRAPOLAÇÃO DA PLATAFORMA DE ENTENDIMENTO**

A ÚLTIMA Assembleia de delegados do Movimento das Forças Armadas principiou sob a égide do secretismo. Durante o período inicial desta Assembleia, foi largamente debatida a fuga de informações. Certos sectores contestaram violentamente essa fuga.



## A verdade é revolucionária

Para verdadeiros revolucionários nada há que o seja mais acima da verdade.

Em consequência desta discussão, uma assembleia democrática com delegados eleitos democraticamente pelas bases, vê-se impedida, pelo «sectarismo» da situação, de poder descrever aos oficiais que a elegeram aquilo que na Assembleia se decidiu. As cúpulas do MFA «pela força das circunstâncias» veem-se assim, impedidas a proceder de uma forma dirigista, forma essa que já foi contestada pelas unidades.

Note-se, que consta ser do conhecimento de «diversas» forças políticas aquilo que se passa nas Assembleias de Delegados do MFA; só assim, aliás se compreende algumas declarações de conhecidos líderes políticos que vão ao encontro de decisões, mais tarde tomadas públicas do Movimento das Forças Armadas.

Entretanto, os seis pontos de negociação com os partidos políticos aprovados nesta Assembleia não serão, por agora, levados ao conhecimento das bases.

## Novos ministros militares

Alguns órgãos de informação começaram, na semana atrás, motivados e impulsionados por determinadas forças político-militares, a tentar lançar para o cargo de vice-Primeiro Ministro o almirante Rosa Coutinho, regressado há pouco, do cargo de Alto Comissário de Angola. O regresso de Rosa Coutinho deveria ter como consequência lógica a desgradação do almirante Silvano Ribeiro à sua patente inicial. A nomeação de Silvano Ribeiro para o cargo de Ministro da Defesa, ocupado pelo tenente-coronel Firmino Miguel e posteriormente, em acumulação, pelo major Vitor Alves parecia não justificar a manutenção da gradação deste oficial superior em oficial general.

Por outro lado, para o cargo de ministro da Comunicação Social foi indigitado o capitão-tenente Correia Jesuino. Recorde-se que, dentro da Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas, a Comunicação Social é um pelouro atribuído à Força Aérea portuguesa (a qual em 11 de Março de 1974, segundo um comunicado do então Movimento de Oficiais, dera já o apoio da sua esmagadora maioria ao processo revolucionário em curso). O capitão-tenente Correia Jesuino, que foi membro da primeira Comissão «ad hoc» esteve em Angola, integrado na equipa de Rosa Coutinho, exercendo as funções de secretário da informação.



## O Conselho dos 20 e...

Nos últimos tempos, verificou-se, no Conselho dos Vinte, em particular, e no Conselho dos Duzentos em geral, um reforço da linha de independência nacional, progressivamente socializante e de não alinhamento face aos blocos de Washington ou de Moscovo, com a consequente abertura ao Terceiro Mundo e países de expressão lusiada, linha que podemos considerar personificada na pessoa do major Ernesto Melo Antunes. Esta via pode-se afirmar sem grande margem para erros, congregará a maioria dos oficiais do Exército e da Força Aérea, tendo mesmo o apoio, pelo menos tático, da facção spinolista das Forças Armadas. Divergente desta nos meios mais coincidentes nos fins, encontra-se a outra linha política, às vezes considerada dirigista.

O reforço da primeira via avolumou-se após a contestação pelas bases da forma de aprovação da unidade sindical

A 25 de Abril iniciou-se um processo em que toda a forma de dirigismo tem sido condenada à partida por largos sectores. Existem vias de comunicação entre as cúpulas e as bases, canais esses que ao serem instituídos mais não tinham como finalidade do que uma permuta eficaz entre todos os que assumiram a responsabilidade de devolver ao povo português os seus direitos.

Todas estas relações foram ponderadas nas últimas semanas e até focadas em assembleias ou reuniões do MFA e ou dos ramos das Forças Armadas em geral, quer a nível de plenários, quer a nível de reuniões em unidades. A consequência lógica desta discussão teria sido o reforço atrás referido.

O regresso do contra-almirante Rosa Coutinho, a cuja filosofia política nos referimos no último número, e a proposta pela Imprensa de elementos da Armada para o Governo, com a nomeação de Silvano Ribeiro para a Defesa e a de Correia Jesuino para a Comunicação Social, corresponde a um quente reforço da posição da outra linha, com repercussões eventuais na maioria do Conselho dos Vinte.

## Via socialista e via socializante

O Programa Económico da responsabilidade do ministro sem pasta Melo Antunes, com a duração de três anos, é um documento suficientemente flexível para que facilmente se possa caminhar pela via socializante. Recordemos a este respeito a intervenção do general Carlos Fabião, Chefe do Estado Maior do Exército, numa das Assembleias dos Duzentos em que foi apreciado o

referido Plano: «quanto mais autosuficientes formos, mais livres somos (...) para conseguirmos realmente caminhar pela via socializante sem quebras nem retrocessos (...) porque podem levar a um retrocesso completo deste processo e dar uma vitória espectacular à reacção (...) continuo a usar o termo socializante, porque é o termo que interessa que é aquele que conduz passo a passo e seguramente ao socialismo (...) é preciso e absolutamente indispensável que tenhamos a perfeita

união dos três ramos das Forças Armadas, perfeitamente conscientes daquilo que pretendem para onde caminham e para onde vão caminhar». Para o cumprimento deste Programa Económico, será indispensável uma negociação prévia com todas as forças políticas, da qual muito provavelmente se concluirá ser o Programa Económico um limite mínimo de actuação das forças políticas maioritárias no futuro Governo da República Portuguesa.

## Um pacto de progresso

«A unidade das Forças Armadas — Povo é fundamental para o triunfo da democracia ao serviço do povo. Esta unidade deverá cimentar-se por intermédio do MFA através dos contactos com organismos representativos das populações (...) procurando sempre fazer as organizações partidárias que se pretende a unidade das Forças Armadas com o povo e não apenas este ou aquele sector, tentando-se portanto nesta unidade superar as divergências partidárias (...) a formação de uma frente das forças democráticas progressistas é muito importante para que se obtenha uma Constituição verdadeiramente do povo português e para que a jovem democracia não gaste as suas forças ainda débeis, em despiques e lutas partidárias (...) levar os partidos políticos à constituição de uma frente democrática progressista, com vista à Constituinte (...) garantindo a restauração e consolidação da democracia económica e política em Portugal».

Este extracto de um documento do MFA datado de há poucos meses atrás, nada tinha a ver com a institucionalização do Movimento das Forças Armadas. Apenas se trata de um memorando cujo objectivo final visa a manutenção de uma sociedade democrática em Portugal.

## Institucionalização do MFA

A permanência do Movimento das Forças Armadas no processo político que se iniciará com a eleição do novo Presidente da República é, actualmente, um facto. Institucionalizado constitucionalmente ou não, as estruturas das Forças Armadas (Conselhos de Arma, Conselhos Regionais, plenários de oficiais do Exército, da Armada e da Força Aérea) permitirão continuamente uma apreciação militar das decisões governamentais.

A institucionalização do MFA levanta um outro problema: — quem serão os representantes das Forças Armadas — oficiais escolhidos de entre a escassa centena e meia responsável pelo 25 de Abril; de entre estes e as várias centenas que rapidamente aderiram, ou de entre as Forças Armadas em geral? Certos sectores das Forças Armadas consideram desejável a institucionalização do MFA, desde que o acesso a este não seja reservado exclusivamente a uns quantos, mas resulte de eleições democráticas entre os vários milhares de oficiais dos três ramos das Forças Armadas. Segundo esses votos, qualquer opção contrária cairá fatalmente no elitismo contestado pelo MFA «operacional» (e não só). A separação do poder

político do poder militar, dificilmente voltará a ocorrer, no entanto, os poderes civis e militares continuarão certamente independentes.

Neste momento poder-se-á talvez afirmar que a maioria dos oficiais das Forças Armadas considera desejável a institucionalização do MFA, desde que isso não implique quaisquer tipos de elitismos nem venha a cair, de um modo ou de outro, em formas indirectas de ditadura militar.

Continua, portanto, na ordem do dia o tema da institucionalização do MFA, de que falámos nas semanas anteriores.

Em que termos? — essa a questão do momento, sobretudo se atendermos ao que acima fica dito.

Tentemos extrapolar o que poderá ser a «plataforma» a propor pelo MFA aos partidos políticos, a partir do que é hoje a posição constitucional do MFA.

Vamos supor que o MFA pretenderá, pelo menos, manter as principais formas de intervenção de que dispõe na actualidade. Assim sendo, os pontos básicos da chamada «institucionalização política» poderiam ser inferidos a partir dos traços gerais da presente estrutura constitucional.

## Respeito do programa do MFA

Um primeiro aspecto parece decorrer logicamente da própria natureza do 25 de Abril! A futura Constituição — disseram-no já vários vultos do MFA — deverá fundamentar-se no Programa do Movimento, respeitando os seus parâmetros essenciais. Parece quase matéria incontroversa. E compreende-se porquê.

Só deste modo poderão ficar garantidas as conquistas do 25 de Abril em termos que não permitam retrocessos de qualquer natureza.

Aliás, como já atrás sublinhámos, uma vez divulgado o Programa Económico-Social do Governo Provisório, para cuja elaboração contribuíram os partidos da coligação e o MFA, é também natural que a futura Constituição demarque como suas linhas programáticas mínimas, em matéria económica e social, as contidas naquele Programa.

Poderia então aceitar-se um acentuar à esquerda do seu conteúdo, (como hoje

sucedo por parte de certos partidos políticos), mas já se não enquadraria na Constituição qualquer orientação mais conservadora do que a do Programa, que alguns observadores qualificam de «social-democrata».

Claro que uma posição deste teor acarretaria um reposicionamento por parte de partidos cujos programas económicos ficam à direita do Plano Governativo, como é o caso, por exemplo, do CDS e do FDC, para só falar nos já legalizados.

## Controle de mecanismos políticos

Continuando a nossa extrapolação, cumpre agora passar a considerar o controle dos mecanismos políticos.

De facto, neste momento, a presença do MFA na vida política portuguesa não se limita a um Programa com força de lei constitucional, nem apenas a um Programa de Política Económica e Social.

A vários níveis do próprio «poder», se encontram actuantes representantes do MFA.

Se quisessemos apurar quais são esses níveis, teríamos:

— a designação do Presidente da República pela Junta, que é escolhida pelo MFA;

— a detenção de lugares-chaves no Governo Provisório;

— a representação, por sete membros, no Conselho de Estado, com amplo (e fundamental) poder legislativo.

Além destes, outros existem, mas de natureza essencialmente militar, como sejam as sucessivas instâncias do MFA com competência política, com relevo para o Conselho dos 20.

Se projectarmos este esquema em termos de período post-Constituição, teremos, como uma hipótese, mais ou menos plausível:

1.º — a manutenção da intervenção do MFA no apuramento da conformidade dos candidatos à Presidência da República com o Programa do Movimento. No fundo, não se trataria de designar o Chefe do Estado, a eleger pela forma constitucionalmente consagrada; mas, garantir-se-ia, de forma rigorosa, que nenhum dos candidatos poria em risco

político o regime saído do 25 de Abril.

2.º também parece prognosticável que algumas das pastas ministeriais do Governo definitivo, a sair das eleições legislativas do fim do ano, venham a ser consideradas do foro específico do MFA, quer porque seriam militares os seus titulares, quer porque se trataria de civis livremente escolhidos pelo MFA. As pastas em causa poderiam (deveriam?) ser, talvez a Defesa Nacional, (e forças de segurança) e o Plano.

A primeira devido ao desejo razoável de entregar o pelouro às próprias instâncias militares.

A segunda, tendo em conta o relevo do Plano Económico, que vigorará

durantes três anos, e que, obviamente, constitui ponto basilar de qualquer Pacto de Progresso e celebrar entre o MFA e os partidos políticos.

3.º — Fica, finalmente, de pé a hipótese de participação do MFA num Conselho de Estado, que se pronunciará sobre a aprovação definitiva dos diplomas legislativos fundamentais. (Tal como sucede na actualidade).

Quanto à sua composição, são concebíveis várias alternativas: a alternativa de uma maioria MFA ou de uma maioria civil; e, ainda, a de os membros civis serem designados pelo Presidente da República, (como hoje sucede), ou de saírem de escolha feita pelo próprio MFA.

## Institucionalização interna

Caracterizada por um substracto constitucional, e por uma presença em várias instâncias do poder político, a relevância do MFA no actual panorama português não pode ser separada da tendência, já aqui várias vezes apontada, para uma crescente identificação de MFA e Forças Armadas Portuguesas.

Ora esta identificação levanta uma questão de maior importância: a institucionalização externa do MFA só será efectiva se for acompanhada de uma institucionalização interna.

Isto é, a eventual «plataforma de entendimento» a celebrar com os partidos políticos apenas será uma realidade irreversível se, dentro do próprio MFA, se processar

uma democratização crescente, com a mais viva intervenção das bases na definição das grandes linhas de orientação do Movimento.

Como é óbvio, esta estruturação do MFA postula uma separação dos poderes civil e militar, não competindo àquele mais do que uma gestão administrativa-financeira (como, no fundo, já hoje sucede, se compararmos as funções do Estado Maior General das Forças Armadas com as do ministro da Defesa ou até do Governo Provisório em geral).

Mas também se reflecte na elaboração de regimentos internos dos órgãos das várias instâncias do Movimento.